

Desenhando linhas em mapas: regiões morfológicas e práticas de planejamento

Peter J. Larkham^a e Nick Morton

School of Property, Construction and Planning, Birmingham City University, City Centre Campus, Millennium Point, Birmingham, B4 7XG, UK.

^a E-mail: peter.larkham@bcu.ac.uk

^b E-mail: nick.morton@bcu.ac.uk

Publicado originalmente em:

Larkham, P. J., & Morton, N. (2011). Drawing lines on maps: morphological regions and planning practices. *Urban Morphology*, 15(2), 133–151.

Tradução: Michela Sagrillo Pegoretti^a, Vitor de Toledo Nascimento^b e Karin Schwabe Meneguetti^c

^a Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Colatina, Colatina, ES, Brasil.

E-mail: michela.pegoretti@ifes.edu.br

^b Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Vitória, ES, Brasil.

E-mail: vitordetoleado@hotmail.com

^c Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Maringá, PR, Brasil.

E-mail: ksmeneguetti@uem.br

Submetido em 24 de setembro de 2025. Aceito em 30 de dezembro de 2025.

<https://doi.org/10.47235/rmu.v13i2.504>

Resumo. A delimitação de regiões morfológicas é uma atividade de pesquisa fundamental, particularmente para aqueles morfologistas urbanos com formação geográfica. As delimitações refletem a origem, o desenvolvimento e a modificação das formas urbanas que estão sendo consideradas e os diferentes métodos de delimitação empregados. Às vezes, faltam lógicas claras para as decisões sobre onde precisamente traçar as linhas de limites. Este artigo explora regiões e limites, baseando-se em evidências a partir de uma série de estudos que usam medições detalhadas derivadas do mapeamento digital para auxiliar na discussão das diferenças nas áreas e entre elas. Ele também analisa as aplicações de tais processos de desenho de limites nas questões de planejamento contemporâneas, incluindo “áreas de caráter urbano” e preservação, usando o trabalho realizado por autoridades de planejamento local nas Midlands inglesas.

Palavras-chave. limites, fronteiras, regiões, caráter, preservação, medição em GIS

Para os morfologistas urbanos geógrafos, em particular, e para planejadores e muitos outros gestores urbanos, a questão dos limites é de particular importância, como demonstra a recente avaliação de Whitehand sobre regiões e limites (Whitehand, 2009). Os limites demarcam áreas de estudo, áreas com características particulares (de origem, forma

e assim por diante) e áreas em que políticas específicas podem operar. Com frequência, busca-se uma medida de homogeneidade dentro de uma área definida, o que implica claramente em uma distinção mensurável entre essa área e suas vizinhas (consulte a discussão de Barke sobre essas áreas, denominadas por ele “áreas de paisagem

urbana”, em Antequera, Espanha: Barke, 2003).

Para qualquer consideração sobre como esses limites são traçados, é fundamental considerar a natureza do limite, a finalidade para a qual ele é traçado, por quem é traçado e como é precisamente estabelecido. Uma questão específica em relação à última pergunta é se existe alguma distinção entre a identificação de limites após um estudo detalhado, incluindo a medição precisa, das características morfológicas, e os limites traçados talvez mais rapidamente com base na experiência profissional, na familiaridade com uma área e no que os agentes de planejamento descreveram aos autores como “instinto”. Este artigo amplia o estudo de Whitehand para apresentar uma exploração da aplicação dessas questões e do processo de definição de limites, com referência especial aos limites das áreas de preservação no planejamento inglês. Essas áreas, definidas com o objetivo de proteger ou aprimorar o caráter ou a aparência das áreas designadas, são quase sempre desenhadas com referência explícita às características da forma física da paisagem (geralmente paisagens urbanas), embora geralmente sem a consideração explícita de conceitos morfológicos de desenho de limites. A natureza da mudança da forma urbana também é levada em consideração, por exemplo, quando esses limites políticos são analisados e revisados. As questões políticas e legais da identificação de limites não são exploradas, embora deva ser observado que o teste rigoroso das decisões de localização de limites, por exemplo, na revisão judicial ou no recurso ao planejamento, pode exigir informações detalhadas sobre a lógica da localização precisa de uma linha em um mapa.

Os tipos de limites que analisamos neste artigo diferem de quase todos os discutidos na volumosa literatura sobre limites em geografia e planejamento. Há também o problema da distinção entre “limite” e “fronteira”. Como sugere Sennett (2006):

“existem dois tipos diferentes de bordas que dividem as cidades. Uma... é uma fronteira... é como uma membrana porosa, ou seja, é algo em que as coisas se movem através da borda... A outra, um limite, é uma borda selada, uma borda através da qual as coisas não se movem. O limite tende a ser uma borda

amortecedora, e a fronteira tende a ser uma borda viva”.

Nos termos de Sennett, qualquer “borda” desenhada em um mapa urbano por acadêmicos e profissionais é provavelmente permeável; no sentido em que as pessoas e os bens se deslocam através dela, muitas vezes ignorando se um limite foi desenhado, ou qual seria o seu significado, e para quem. No entanto, muitos podem igualmente ser limites fechados, demarcando uma área dentro da qual uma determinada política se aplica, talvez dentro da qual os subsídios possam estar disponíveis. Além disso, dado o fato de as políticas e as estruturas físicas das áreas estarem sujeitas a alterações (de fato, as autoridades locais inglesas são obrigadas a rever periodicamente as suas áreas de preservação e a alterar seus limites, se for o caso), estes limites só podem ser vistos como ‘fotos instantâneas’. Por isso, a necessidade de se visitar e questionar a definição de limites é uma questão constante para muitos profissionais.

As áreas e os limites discutidos neste documento são retirados do envolvimento dos autores numa série de projetos de investigação e consultoria. São selecionados para representar uma série de questões problemáticas comuns no planejamento e preservação para as quais a análise morfológica poderia contribuir. A utilização de medições precisas derivadas da cartografia digital pode ser uma resposta às pressões por explicações e justificativas precisas, por exemplo, em recursos ao planejamento; a localização exata de um limite é muitas vezes uma questão de grande preocupação, nem que seja apenas para os residentes locais; e os exemplos permitem a discussão de preocupações mais acadêmicas, tais como se os limites devem seguir as ruas ou outras fronteiras: a rua em si - espaço delimitado por edifícios - é uma região morfológica ou uma área de caráter digno de preservação?

Regiões morfológicas

O presente artigo explora a delimitação do que tem sido variadamente designado por “regiões morfológicas”, “unidades de paisagem urbana” e termos afins, principalmente por morfologistas urbanos geógrafos como uma das suas principais atividades. Infelizmente, parece haver ainda alguma confusão entre os

vários termos e se - e em que medida - refletem conceitos diferentes, e como essas áreas podem ser delimitadas. Alguns pesquisadores, notavelmente M. R. G. Conzen no seu trabalho sobre Ludlow (1975), apresentam uma hierarquia de regiões; os níveis da hierarquia refletindo diferentes origens e processos de mudança ao longo do tempo. Whitehand et al. (2011), inseridos na tradição conzeniana, identificam três níveis diferentes de limites em Guangzhou. Outros, no entanto, não utilizam a abordagem hierárquica, talvez por desconhecerem as explicações da derivação dos diferentes níveis (cf. Zhang, 2003) ou porque procuram utilizar um nível específico em uma hierarquia, como o Conselho Distrital de Cannock Chase (Staffordshire) está fazendo atualmente nos estudos de caráter para o seu emergente guia de *design*. Baker e Slater (1992) fornecem orientação para a identificação de unidades de plano (ou seja, com base no plano básico e não na forma urbana como um todo), mas seu nível de detalhe ao explicar essa técnica é incomum, e o uso de unidades de plano em sua pesquisa histórica não produz a hierarquia complexa usada por Conzen.

Do mesmo modo, a delimitação de áreas e o desenho de limites são atividades fundamentais dos planejadores e profissionais afins, por exemplo, para especificar áreas dentro das quais se aplicam determinadas políticas. Uma área de política e gestão em que a delimitação de áreas seja vital é a identificação do caráter do lugar. Este aspecto tem uma forte ligação com a preservação urbana na Inglaterra, pois “caráter e aparência” são termos que se repetem na legislação e nos guias oficiais, embora indefinidos. No entanto, tem-se observado que as abordagens dos acadêmicos e dos profissionais são bastante diferentes, sendo provável que resultem em demarcação de limites em diferentes escalas. Por exemplo, na cidade histórica inglesa de Ludlow, estudada morfologicamente em grande detalhe por Conzen, está retratada uma hierarquia de 5 - níveis de “tipos de plano”, “tipos edilícios”, “usos do solo” e, como uma amálgama destas “regiões morfológicas” (Conzen, 1975, Fig. 1). A autoridade local de planejamento, no entanto, delineou uma área de preservação que abrange um distrito maior do que o estudado por Conzen, mas incluindo apenas três

subáreas relacionadas com políticas (Larkham, 1990, Fig. 16.3).

Os profissionais parecem estar frequentemente a identificar os limites por meio de uma variedade de abordagens rápidas, incluindo o conhecimento pessoal, o reconhecimento rápido e a conveniência cartográfica superficial: em suma, “a olho”. É evidente que o *English Heritage** e outros gestores políticos não estão usando conceitos conzenianos de região e delimitação (Morton, 2002). Uma razão para isto pode ser a ideia comum de que uma investigação acadêmica tão detalhada é demasiado dispendiosa e trabalhosa (Samuels, 1985). No entanto, isto levou a que alguns limites muito estranhos fossem incorporados na política de planejamento. Robinson (1982) apresentou o exemplo da área de preservação em Chipping Norton (Oxfordshire), onde um limite atravessava uma série de lotes medievais entre a parte posterior dos edifícios e a divisa de fundos dos lotes em série. Ross (1991) registrou um limite de zona de preservação que separava uma casa do seu jardim. Algumas das primeiras designações de preservação em Wolverhampton (West Midlands) excluíam especificamente algumas partes de áreas que não eram consideradas de qualidade suficiente, resultando, assim, em designações em forma de “donut” (Larkham, 1997, p. 28). Mais recentemente, em Alsager (Cheshire), um limite designado em novembro de 2004 atravessou uma série de jardins, alinhando com uma ligeira mudança em direção de uma das cercas de fechamento, mas contrariando a avaliação do caráter da área, que mencionava explicitamente os jardins, todos descendo até a vila de Mere (Congleton Borough Council, 2004): desde a sua designação original, reconheceu-se que alguns destes limites eram de fato ilógicos e foram corrigidos. Ocasionalmente, as decisões são tomadas sem qualquer base na forma urbana ou histórica: em uma ocasião conhecida pelos autores, um oficial de preservação da autoridade local que recomendava um limite para uma proposta de área de preservação numa grande cidade foi instruído a omitir duas propriedades abandonadas, mas tombadas, uma vez que eram de propriedade da autoridade local, o qual temia que a inclusão na área designada

pudesse prejudicar os planos de reurbanização.

Uma abordagem semelhante à definição da área afetou a nossa avaliação das áreas residenciais em Stratford-upon-Avon (Warwickshire), com vista a desenvolver políticas e rever o potencial valor de preservação (Larkham et al., 2005). Inicialmente, as zonas foram claramente demarcadas para nós pelos oficiais do planeamento, embora se pretendesse que houvesse um elemento de participação pública na configuração e gestão desta revisão. Imediatamente levantamos nosso desconforto com os limites das áreas de estudo seguindo as linhas centrais das principais estradas, dissecando o que eram, para nós, unidades morfológicas claramente identificáveis. No entanto, os tomadores de decisão, comissários deste estudo, mantiveram-se fiéis aos seus limites, pois "foi assim que o projeto foi empenhado".

Isso levanta uma questão-chave a ser explorada neste artigo: em que medida as regiões morfológicas, pelo menos nos níveis mais altos de qualquer hierarquia, podem ser delineadas com precisão pela observação de campo e estudo de mapas. Até que ponto medições e análises morfológicas mais detalhadas podem adicionar alguma precisão significativa ao processo de identificação de áreas e localização de limites? A identificação das características morfológicas e do caráter da área pode se beneficiar de tais dados derivados do mapeamento digital?

Exemplos suburbanos em Londres

Informações relevantes podem ser extraídas de áreas amostrais em Londres, examinadas como parte do Estudo Internacional de Formas Urbanas, patrocinado pelo Instituto de Desenvolvimento de Seul e realizado por membros do ISUF (Kim, 2003). Uma série de áreas de 500m x 500m foram selecionadas como representativas das formas de urbanização em pontos específicos em cada urbanização da cidade. Medições precisas podem ser feitas a partir do mapeamento digital da *Ordinance Survey*** para as áreas de Londres.

Edgware

Edgware faz parte da expansão suburbana do período entre guerras no norte de Londres. A área era terra agrícola de baixa qualidade, adquirida para urbanização em 1919 (Jackson, 1973, p. 250). O desenvolvimento urbano se expandiu para o norte ao longo de Edgwarebury Lane em 1927-30, mas a maior parte do distrito não foi construída até imediatamente antes da Segunda Guerra Mundial, quando as empresas especulativas de construção de casas Laing, Taylor Woodrow e outras 'estabeleceram firmemente um novo distrito ao norte do Contorno' (Jackson, 1973, pp. 270-1). O quadrilátero de amostra de Edgware (Figura 1) representa parte de uma única grande propriedade, construída de uma forma típica da época por um único incorporador, que é convencionalmente reconhecido como um período morfológico. A separação em camadas históricas, tão importante na abordagem de Conzen e na sua hierarquia, pareceria, à primeira vista, pouco relevante aqui. Além disso, as mesmas leis, regulamentos e políticas de planeamento estão em operação ao longo desta urbanização. Há muito pouca variação arquitetônica, embora seja usada uma "paleta" limitada de detalhes (vãos, empenas, carpintaria neo-Tudor, revestimentos cerâmicos, etc.) em toda a propriedade. A forma de construção varia, com uma mistura de moradias isoladas e geminadas. Alterações e ampliações subsequentes levaram a algumas mudanças significativas, novamente espalhadas por toda a área, incluindo a formação de terraços onde as ampliações das casas as juntaram a outras vizinhas, anteriormente separadas (cf. Whitehand, 2001, Fig. 11). Excluindo o parque público a oeste, poder-se-ia argumentar que esta amostra, ou mesmo todo este desenvolvimento imobiliário, é uma única região morfológica. Mas, olhando mais de perto, há diferenças internas.

Dois quarteirões amostrais foram delineados, utilizando a abordagem comum de vias como limites. O quarteirão A tem uma área média de parcelas ligeiramente menor, uma gama significativamente menor de áreas de parcelas e uma maior proporção de casas originalmente isoladas (Tabela 1). Também tem ambas as áreas de ocupação maiores e menores. O

quarteirão B tem uma variação de áreas significativamente maior. A questão-chave é se esses fatores são suficientes para constituir regiões morfológicas distintas. Afinal, as características visuais das ruas são muito semelhantes: bordas gramadas, arborização urbana e o domínio visual do estacionamento na rua. Algumas dimensões, como as larguras das ruas e dos passeios, são idênticas, sendo

definidas pelas normas nacionais de planejamento. As diferenças não são facilmente aparentes apenas com a inspeção visual. Assim, talvez diferenças claramente mensuráveis nesta escala não sejam nem suficientemente significativas para subsidiar a identificação de regiões morfológicas nem sejam componentes significativos do caráter.

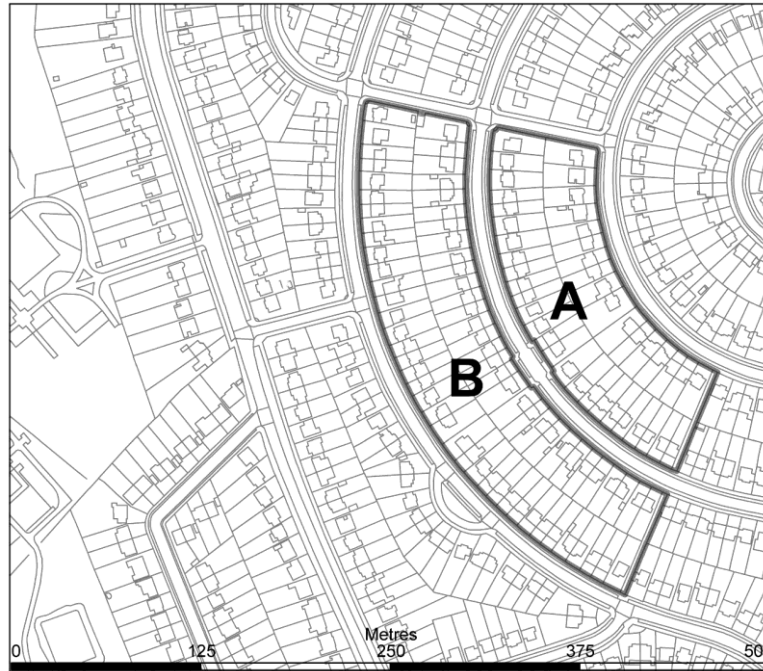


Figura 1. Área de estudo de Edgware com 500 m x 500 m. (fonte: © Crown Copyright/direitos de base de dados 2011. Um serviço fornecido pela Ordnance Survey / EDINA)

Tabela 1. Características de dois quarteirões da área de estudo de Edgware

Quarteirão	Área (m ²)	Área do lote (m ²)	Área ocupada pelo edifício (m ²)	Número de Habitações	Tipos de habitação originais
A	10 277	Máximo 402	106	42	Isolada 16
		Média 311	52		(38%)
		Mínimo 106	38		Geminada 26
		Intervalo 296	68		(62%)
B	20 360	Máximo 95	95	68	Isolada 54
		Média 62	62		(79%)
		Mínimo 46	46		Geminada 14
		Intervalo 404	49		(21%)

London Docklands

O quadrilátero de amostra que representa um empreendimento residencial da década de 1980, que compunha a regeneração da antiga zona industrial de London Docklands (Figura

2), é parte de uma área de desocupação e remodelação para a qual foi elaborado um *masterplan* pela Richard Rogers Partnership para os incorporadores Rosehaugh Stanhope, em 1988. Algumas áreas foram construídas de acordo com este plano, mas grande parte foi

abandonada em 1993 (Williamson e Pevsner, 1998, pp. 177-81). As áreas construídas foram deliberadamente urbanizadas para conferir características diferentes e distintas: isso surgiu do *masterplan* inicial, mas as diferenças detalhadas de caráter resultam dos diferentes tempos e agentes (projetistas e incorporadores) envolvidos. Ao longo de toda a área, havia “diferenças notáveis determinadas em grande parte pela ação das forças de mercado, em vez das necessidades

sociais” (Williamson e Pevsner, 1998, p. 78). “A habitação popular da autoridade local do final da década de 1970 segue o estilo neovernacular discreto daquele período de cores bastante sombrias... as moradias construídas [para a London Docklands Development Corporation] a partir de meados da década de 1980 são mais variadas, indo do romântico e nostálgico ao vivo e colorido” (Williamson e Pevsner, 1998, p. 80).

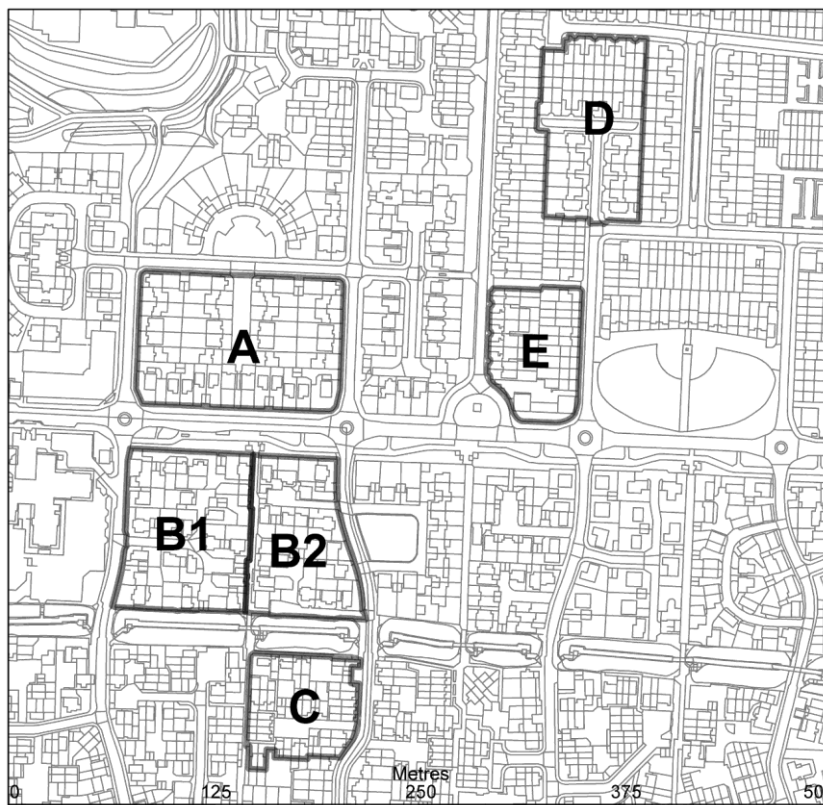


Figura 2. Área de estudo de Docklands com 500 m x 500 m. (fonte: © Crown Copyright/direitos de base de dados 2011. Um serviço fornecido pela Ordnance Survey / EDINA)

De um modo geral, esta área também foi desenvolvida durante um único período morfológico. Trata-se, portanto, de uma única região morfológica (com exceção, talvez, da pequena área industrial no canto noroeste e da escola no lado oeste, a sul da estrada principal)? Mesmo uma rápida avaliação visual permite discernir uma série de diferenças na área, evidenciadas pelos diferentes padrões das ruas, dos lotes e da área ocupada pelos edifícios. Estas representam as diferentes fases de construção na área em que, como sugerem Williamson e Pevsner (1998), diferentes projetistas e promotores imobiliários se envolveram. Estas fases resultam em características físicas suficientemente distintas para representar

regiões morfológicas separadas?

Os tipos edilícios são virtualmente uniformes em toda a área. Quase todas as edificações são casas unifamiliares de dois andares, embora existam alguns blocos de apartamentos de quatro andares, frequentemente utilizados como tática de projeto urbano para dar ênfase visual em pontos-chave, como esquinas, e alguns blocos de garagens de um pavimento. No entanto, também existem diferenças nos estilos e materiais de construção. Uma série de tipos de casas padrão é utilizada em combinações variadas em toda a área, por vezes com uma variedade adicional dada pelo posicionamento no terreno, especialmente em relação às paredes divisórias e garagens.

No exemplo da área de Docklands, as diferenças entre as áreas identificadas a partir da inspeção visual para o estudo original (Kim, 2003), a fim de demonstrar áreas claramente distintas, podem ser testadas através de medições precisas de quatro áreas de amostra, A-D (Tabela 2, Figura 3). Mais uma vez, existem diferenças físicas significativas na forma do plano entre estas áreas. Os contrastes entre B e C são particularmente marcantes. No entanto, B é dividida em duas partes por uma via norte-sul, dando origem a dois “mini quarteirões”, cada um com um padrão de *culs-de-sac* privados e vagas de estacionamento semiprivadas

(Tabela 3). Existem diferenças mensuráveis entre as duas potenciais regiões morfológicas. Os lotes em B1 são visivelmente maiores do que em B2, e a área mínima ocupada pelos edifícios é significativamente menor em B1 do que em B2. No entanto, a análise de outras características morfológicas — a área ocupada pelos edifícios e os próprios edifícios — sugere uma continuidade significativa. A área B é, portanto, uma região morfológica contínua, embora com algumas diferenças dentro dela, ou duas sub-regiões, nos termos de Conzen, regiões de segunda ordem, distinguidas por uma “junção do plano”?

Tabela 2. Características das quatro áreas de estudo das Docklands de Londres

Quarteirão	Área (m ²)	Área do lote (m ²)	Área ocupada pelo edifício (m ²)	Densidade habitacional (por ha)
A	9 973	Máximo 346	99	36
		Média 241	67	
		Mínimo 116	47	
		Intervalo 180	52	
B	13 458	Máximo 407	140	30
		Média 246	76	
		Mínimo 139	39	
		Intervalo 268	101	
C	4533*	Máximo 182	61	64
		Média 100	39	
		Mínimo 68	32	
		Intervalo 114	29	
D	5767*	Máximo 294	85	35
		Média 180	64	
		Mínimo 103	53	
		Intervalo 191	32	

*A área exclui vias/áreas de estacionamento privadas dentro do quarteirão. Outras medidas de densidade poderiam ser radicalmente diferentes se essas áreas, além de ruas, margens gramadas e outras áreas públicas fossem incluídas

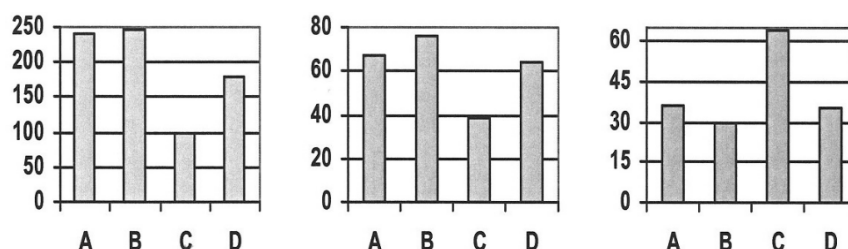


Figura 3. Características comparativas dos blocos A, B, C e D, área de estudo de Docklands, 2002

Tabela 3. Áreas B1 e B2, área de estudo de London Docklands

Quarteirões	Área do lote (m ²)	Área ocupada pelo edifício (m ²)
B1	Máximo 374	107
	Média 237	74
	Mínimo 139	39
	Intervalo 235	68
B2	Máximo 407	109
	Média 263	78
	Mínimo 176	57
	Intervalo 231	52

Estes números excluem vários blocos de garagens

Limites e vias

Outra questão importante sobre os limites regionais é levantada por Hall (1996) e Guy (2005). Eles argumentam, por uma série de razões, incluindo o desenho urbano e a percepção do usuário, que os limites não deveriam ser traçados pelo meio das vias. Hall e Guy sugerem que é a rua — geralmente um espaço linear emoldurado por edifícios — que forma uma “unidade” primária e, portanto, que os limites devem seguir a parte posterior dos edifícios ou lotes que margeiam a rua. No entanto, o uso de ruas como limites era comum no passado, especialmente para regiões delineadas pelas autoridades de planejamento locais. Da mesma forma, as junções de planos que seguem as ruas (“junções de quarteirões”) têm sido identificadas em muitos estudos morfológicos (ver, por exemplo, Whitehand, 2009, Fig. 2); embora as unidades do plano de Worcester elaboradas por Baker e Slater (1992) tenham ruas como limites em talvez um terço dos casos, e o mapeamento de Conzen (1975) das regiões morfológicas em Ludlow não mostre praticamente nenhum uso de vias como limites para regiões de ordem superior.

É claro que as próprias ruas podem formar espaços significativos, às vezes alinhadas com áreas gramadas substanciais ou vagas de estacionamento. Na área de estudo de Docklands, as ruas e espaços afins representavam 29% da área de 250.000m², em comparação com os lotes residenciais, que representavam 52%. Uma complexidade

adicional nesta área específica é uma antiga linha ferroviária leste-oeste, agora uma via pública pedonal (visível na extremidade sul da Figura 2). Esses espaços de comunicação significativos, que constituem uma parte importante da estrutura morfológica da área, devem ser considerados como uma forma de região morfológica por direito próprio? Nenhum estudo anterior considerou seriamente esses espaços como “regiões” separadas por direito próprio.

A comparação entre a abordagem utilizada por Hall, Guy e Conzen e a abordagem normalmente utilizada pelas autoridades locais de planejamento, com foco nas vias como limites, pode ser feita na principal via leste-oeste da área de Docklands, com as suas rotatórias e extensas faixas gramadas. A linha sul de casas na área A e a linha norte na área B, de frente para a via, podem ser examinadas em detalhe (Tabela 4, Figura 4). As duas áreas são claramente distintas nas suas características mensuráveis e detalhes arquitetônicos. Considerá-las como uma única região uniformiza significativamente essas diferenças e ignora o fato de que as duas fileiras de casas são separadas por uma rodovia substancial, calçadas e margens gramadas. Outras diferenças são diminuídas ao medir apenas os lotes para construção: há 12 lotes na fileira norte, dos quais 4 têm acesso direto de veículos à via principal; mas apenas 8 na fileira sul, dos quais nenhum tem acesso direto à via principal e o *layout* do lote é muito diferente.

Esta ideia pode ser explorada mais profundamente na área E (Figura 2). Aqui existem duas fileiras de casas, pertencentes a diferentes empreendimentos, que fazem parte do mesmo quarteirão, mas estão viradas para ruas diferentes. Para esta área, os três edifícios mais ao sul são omitidos, uma vez que fazem parte de uma composição de planejamento/projeto bastante diferente: são dois blocos de apartamentos de quatro andares separados por um bloco de garagens de um único pavimento. As duas fileiras são caracterizadas pela repetição de diferentes tipos de casas, com quatro na fileira leste, mas apenas duas na fileira oeste (Tabela 5). Mais uma vez, há diferenças claras entre as fileiras leste e oeste, que se perdem se forem tratadas como uma única região.

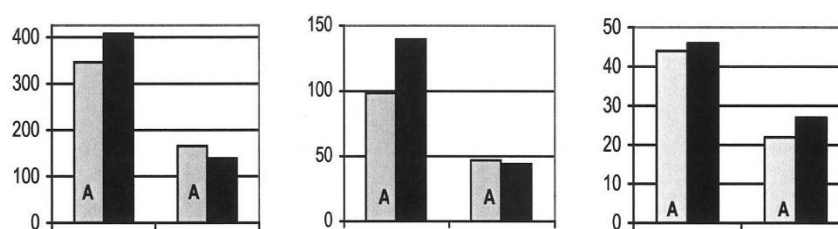


Figura 4. Características comparativas para área A (fila sul) e área B (fila norte), área de estudo dos Docklands, 2002

Tabela 4. Áreas A e B voltadas para a rua principal na área de estudo de Docklands

Quarteirões	Área do lote (m²)	Área ocupada pelo edifício (m²)
Área A	Máximo 346	99
Fileira sul*	Média 223	63
	Mínimo 166	47
	Intervalo 180	52
Área B	Máximo 407	140
Fileira norte**	Média 242	83
	Mínimo 139	44
	Intervalo 268	96
Tratado como uma área única	Máximo 407	140
	Média 263	71
	Mínimo 176	44
	Intervalo 231	96

* excluindo 4 blocos de garagens que não podem ser atribuídos com certeza a casas/lotes específicos.

** excluindo 1 bloco de garagens e 2 vias de acesso

Tabela 5. Área E, área de estudo de Docklands

Quarteirão E	Área do lote (m²)	Área ocupada pelo edifício (m²)
Fileira leste	Máximo 221	53
	Média 155	46
	Mínimo 130	40
	Intervalo 91	13
Fileira oeste	Máximo 254	69
	Média 220	58
	Mínimo 185	47
	Intervalo 69	22
Tratado como uma área única	Máximo 254	69
	Média 184	51
	Mínimo 130	40
	Intervalo 124	29

O processo de urbanização diferente resultou no uso de diferentes tipos de casas e padrões de lotes, e há uma clara “junção de plano” que se estende de norte a sul ao longo da linha reta das cercas dos jardins de fundo.

Mapeamento e limites nos exemplos de Londres

Até que ponto o posicionamento preciso dos limites necessita ser informado pelo nível de medição – das dimensões dos lotes, das projeções das edificações e de outros componentes mensuráveis do caráter da forma edificada – alcançável por meio de SIG e do mapeamento digital? O caso Edgware sugere que esses dados são desnecessários. O caso Docklands sugere que esses dados podem identificar regiões de ordem inferior, embora estas raramente sejam utilizadas em estudos acadêmicos ou na prática profissional de planejamento. Talvez a maior questão levantada aqui seja se as vias possuem significado enquanto limites de área.

Mudança ao longo do tempo: um exemplo de Birmingham

O argumento feito anteriormente acerca de tais estudos serem constrictos temporalmente é reforçado quando se considera a natureza e o ritmo da mudança em tais áreas. As áreas examinadas até então se desenvolveram principalmente em um período. Quando se examinam os efeitos de modificações subsequentes, pode haver mudanças nos padrões originais de *layout* e regiões morfológicas. Isto é limitado pelas políticas de planejamento nacionais e locais, e pela natureza das áreas, da forma como foram originalmente construídas: áreas relativamente densas possuem pouca margem para intensificação, enquanto “áreas residenciais consolidadas” de baixa densidade são mais suscetíveis a estas mudanças (Morton e Larkham, 2008; Whitehand *et al.*, 1992). Também precisamos considerar os

moradores e suas motivações mutáveis para iniciar mudanças ao longo do tempo: em algumas áreas, o envelhecimento da população produz pouquíssima mudança, mas os recém-chegados tendem a adaptar os edifícios às suas diferentes necessidades, e pode haver, também, um efeito “dominó”, ou “efeito vizinho”, influenciado pela moda ou pela competição entre vizinhos – se uma residência faz uma mudança, outras tendem a seguir (Whitehand e Carr, 2001, pp. 165-71). Na área de *Docklands*, há relativamente pouco espaço para acréscimo de habitações: a observação de campo revela diversas ampliações em forma de jardim de inverno, mas poucas outras. Entretanto, estas não eram evidentes nos mapas digitais da *Ordnance Survey* vigentes na época e usados nesse estudo, talvez porque o seu desenvolvimento incremental ainda não tivesse provocado um novo levantamento.

Desde 2000, a política nacional na Inglaterra tem encorajado a urbanização mais intensiva de sítios previamente urbanizados, e isso tem sido interpretado como incluindo os jardins de áreas suburbanas existentes. A política ao

longo da última década tem incentivado novas urbanizações de densidades de 30 a 50 habitações por hectare, por razões de eficiência e sustentabilidade (Office of the Deputy Prime Minister, 2000 – ver também as emendas subsequentes). Em uma área de Birmingham (West Midlands), que foi estudada em prol da autoridade local de planejamento, foi recebida uma proposta de urbanização que objetivava a demolição de uma única casa em uma fileira uniforme de casas do período entre guerras, isoladas em longos lotes ajardinados (canto noroeste da Figura 5). Partes dos jardins vizinhos eram destinados a serem comprados e unificados, e seria inserido um novo *cul-de-sac* (Figura 5, “The Fairways”). As características morfológicas mensuráveis da primeira fase da urbanização dos anos 1930 eram bastante uniformes, e isso era claramente uma única região morfológica (Tabela 6). O empreendedor original estava ajustando os limites do lote e, portanto, as suas áreas, para permitir o acesso utilizável à rua, mas também para levar em conta a curvatura da rua e a orientação de um acesso existente aos fundos do lote.



Figura 5. Eachelhurst Road, Birmingham, após o empreendimento “The Fairways” (fonte: © Crown Copyright / direitos sobre banco de dados 2011. Serviço fornecido pelo *Ordnance Survey* / EDINA)

Tabela 6. Características originais dos lotes a oeste da Eachelhurst Road, Birmingham

Nº da casa	Área do lote (m ²)	Área edificada (m ²)	Comprimento do lote (m)	Afastamento frontal (m)	Testada do lote (m)	Taxa de ocupação (%)
246	1522.8	73.2	83.1	11.4	7.9	4.7
248	952.4	78.0	82.2	12.5	9.8	8.2
250	975.8	77.5	81.5	13.5	9.6	7.9
252	940.5	74.1	81.3	14.6	9.5	7.9
254	958.5	77.1	81.5	15.1	8.9	8.0
256	976.9	76.8	82.0	14.3	9.7	7.9
258	936.2	79.2	82.2	13.7	9.5	8.5
260	850.5	79.2	81.4	13.4	9.9	9.3
262	798.1	79.6	80.9	13.4	10.1	10.0
264	780.1	73.4	80.2	13.3	9.3	9.4
Média	969.2	76.7	81.6	13.5	9.4	8.2
Desvio padrão	207.6	2.6	0.8	1.0	0.6	1.4

A urbanização proposta era, evidentemente, de caráter bastante diferente: também resultou em um padrão de lote significativamente distinto para as casas remanescentes da primeira fase, e produziu uma nova região morfológica claramente identificável. Isso truncaria os lotes originais substancialmente: na maioria dos casos, apenas cerca de 20% do lote original permaneceriam com a casa original (Tabela 7). A área ocupada total dos novos edifícios propostos era de, aproximadamente, 1.095m². A taxa de ocupação da série de lotes originais era de cerca de 9%, e desses em particular, de 8%. A proposta, portanto, aumentaria a taxa de ocupação nesses lotes em cerca de 132%. Outra característica da proposta era as áreas pavimentadas adicionais: a via de acesso, os acessos veiculares privativos e compartilhados, e as calçadas (Tabela 8). Essas áreas, portanto, cobrem aproximadamente 1.504m². No total, a proposta aumentaria a superfície pavimentada no interior do que eram jardins consolidados em aproximadamente 2.600m². A relevância disso em termos do caráter da área demonstra-se pela preocupação de entidades, como a Royal Horticultural Society*** (s.d.) e pelas recentes mudanças na General Permitted Development Order****, regulando a pavimentação de jardins frontais (Department of Communities and Local Government, 2008). Isso, portanto, deve ter algum impacto

nas decisões sobre os limites das áreas.

Tabela 7. Truncamento de lotes proposto em Eachelhurst Road (medido ao longo da divisa norte do lote e escalado a partir do desenho do arquiteto)

Nº do lote	% do lote original remanescente
246	35.5
248	20.7
250	22.5
252	casa demolida
254	20.2
256	19.3
258	20.0
260	19.8
262	20.0
264	39.9

Tabela 8. Pavimentação adicional prevista no empreendimento “The Fairways” (medida a partir do desenho do arquiteto)

Tipo de pavimentação	Área (m ²)
Via de acesso	475
Calçadas	215
Acessos veiculares privativos	457
Acessos veiculares compartilhados e área de estacionamento	357

Embora haja pequenas diferenças nas áreas dos lotes e na porção do lote ocupada pela edificação principal, a proposta reduziria a

área dos jardins posteriores de seis desses lotes ao mínimo (os jardins posteriores resultantes seriam menores que os jardins frontais, um pouco maiores que a projeção das casas e mais curtos que o comprimento médio dos jardins posteriores de muitas das novas habitações propostas). Uma questão emergente, a partir deste exemplo mensurado, é se a nova região constitui uma região de ordem inferior; e se esta deveria incluir os remanescentes da região original. Curiosamente, em um recurso de planejamento, o Inspetor de Planejamento considerou que o caráter da urbanização original e da proposta não diferiam significativamente, e a proposta foi aprovada (Planning Inspectorate, 2004).

Desenhando limites de áreas de preservação: um exemplo de Birmingham

Os problemas inerentes ao desenho de limites podem ser explorados com maior profundidade no caso de Selly Park, Birmingham, uma área residencial consolidada que estava sendo considerada para obtenção do *status* de área de preservação em 2008-2009. Um limite sugerido pela autoridade local de planejamento (Figura 6) foi submetido a um processo de consulta pública, que resultou em uma série de sugestões, usualmente para ampliar a área a ser incluída (Figura 7). As sugestões de limites dos residentes, em sua maioria, seguiam vias principais convenientes (Pershore Road a oeste, Bournbrook Road a leste) e, portanto, suas áreas incorporavam *cul-de-sacs* de preenchimentos mais recentes, compreendendo empreendimentos especulativos de qualidade arquitetônica e caráter pouco expressivos, os quais o responsável pelo planejamento buscava excluir. Uma pesquisa posterior com 40 residentes mostrou que 30 estavam satisfeitos ou muito satisfeitos com os limites, e apenas 4 estavam insatisfeitos. Dada a oportunidade de corrigir os limites, um terço o fez. Isso incluiu todos os insatisfeitos, que novamente buscaram ampliar a área inicialmente sugerida. Ao fazerem essas sugestões, os participantes se referiam às características delineadas nas diretrizes do English Heritage (2005), incluindo qualidade arquitetônica, morfologia urbana, arborização, sebes e espaços livres, e não compreendiam por que

as áreas adicionais propostas por eles não haviam sido incluídas.

Além disso, nove experientes agentes de planejamento do Conselho Municipal foram entrevistados, e buscou-se conhecer suas opiniões sobre o limite da área. Cinco deles, incluindo os dois Agentes Principais de Conservação, não apresentaram objeções ao limite da área de preservação e não recomendaram alterações. Um deles não compreendeu a lógica da exclusão de duas pequenas áreas e sugeriu sua inclusão. Em contraste, outro agente reduziu a área e omitiu um lado de uma rua do meio da área, sugerindo uma forma de designação em “donut”. Mais significativamente, o então Chefe de Conservação da cidade alterou o limite para incluir a Upland Road em sua totalidade e o trecho da Bournbrook Road adjacente à Bristol Road, ambas pelo caráter arquitetônico de suas edificações em comparação às áreas já incluídas, e campos esportivos ao norte da área. Ele também declarou que ainda havia questões referentes a limites lógicos e defensáveis, indagando por que apenas um lado da Kensington Road havia sido incluído na proposta original, e alterando o limite para abranger as edificações de ambos os lados da via, de modo a refletir seus comentários. Isso está em conformidade com as orientações propostas por Hall (1996) e Guy (2005). Sua inclusão de novos espaços livres é consistente com os comentários feitos pelo público geral durante a consulta sobre os limites – em que árvores, sebes e espaços livres foram as principais considerações.

A Diretora de Planejamento responsável por traçar o limite original havia utilizado a planta original de parcelamento quase como um modelo para a área. Ela considerava que, embora os novos *cul-de-sacs* se beneficiassem com árvores adultas atrativas, espaços livres e sebes, seu estilo arquitetônico relativamente recente e de qualidade inferior sobrepunha esses aspectos, e, portanto, essa área não foi incluída. As propriedades situadas ao norte da área foram consideradas como tendo sido alteradas de maneira tão desarmônica que não poderiam ser incluídas dentro do limite. Ela se sentiu frustrada com a etapa de consulta pública e seu impacto na definição do limite da área de preservação. A pressão popular quanto à extensão do limite levou a mudanças significativas. Quando entrevistada, ela

sugeriu que, em última instância, do ponto de vista da preservação e dos objetivos principais relacionados à salvaguarda da área, aquilo

havia sido um “desastre” e que o limite – isto é, a inclusão de propriedades e áreas específicas – não era defensável.

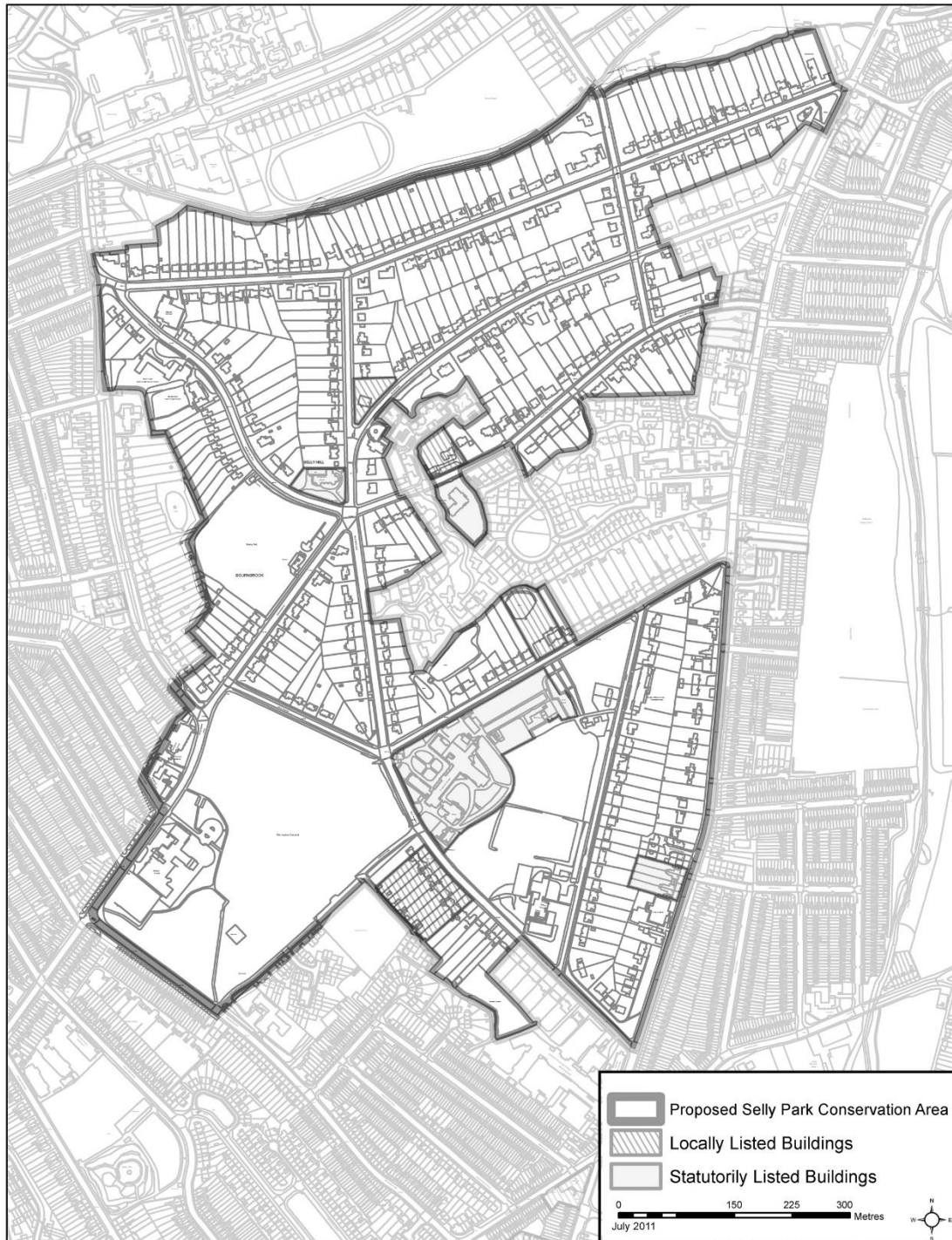


Figura 6. Proposta inicial para o limite da área de preservação de Selly Park (fonte: Birmingham City Council; mapa base © Crown Copyright / direitos sobre banco de dados 2011. Serviço fornecido pelo Ordnance Survey / EDINA)

O ponto crucial deste exemplo é que praticamente todos os envolvidos no processo participativo, e que foram entrevistados, tinham opiniões diferentes sobre os limites da área. Poucos foram capazes de articular essas

opiniões com base em conceitos morfológicos, embora fossem utilizados elementos identificados nas diretrizes do *English Heritage* – principalmente árvores, sebes e espaços livres. Tais elementos podem

contribuir significativamente para o caráter atual e possuem valor de preservação, mas mudam, por vezes de forma rápida. A forma construída das ruas, lotes e edificações era, surpreendentemente, considerada um aspecto secundário, especialmente pelo público. Em contraste, a justificativa apresentada pela Diretora de Planejamento para as exclusões

foi, quase integralmente, a falta de qualidade arquitetônica das edificações, especialmente nos novos *cul-de-sacs*. As vias eram frequentemente utilizadas pelo público como limites convenientes, resultando na inclusão de um lado da rua e na exclusão de propriedades muitas vezes idênticas do outro lado.

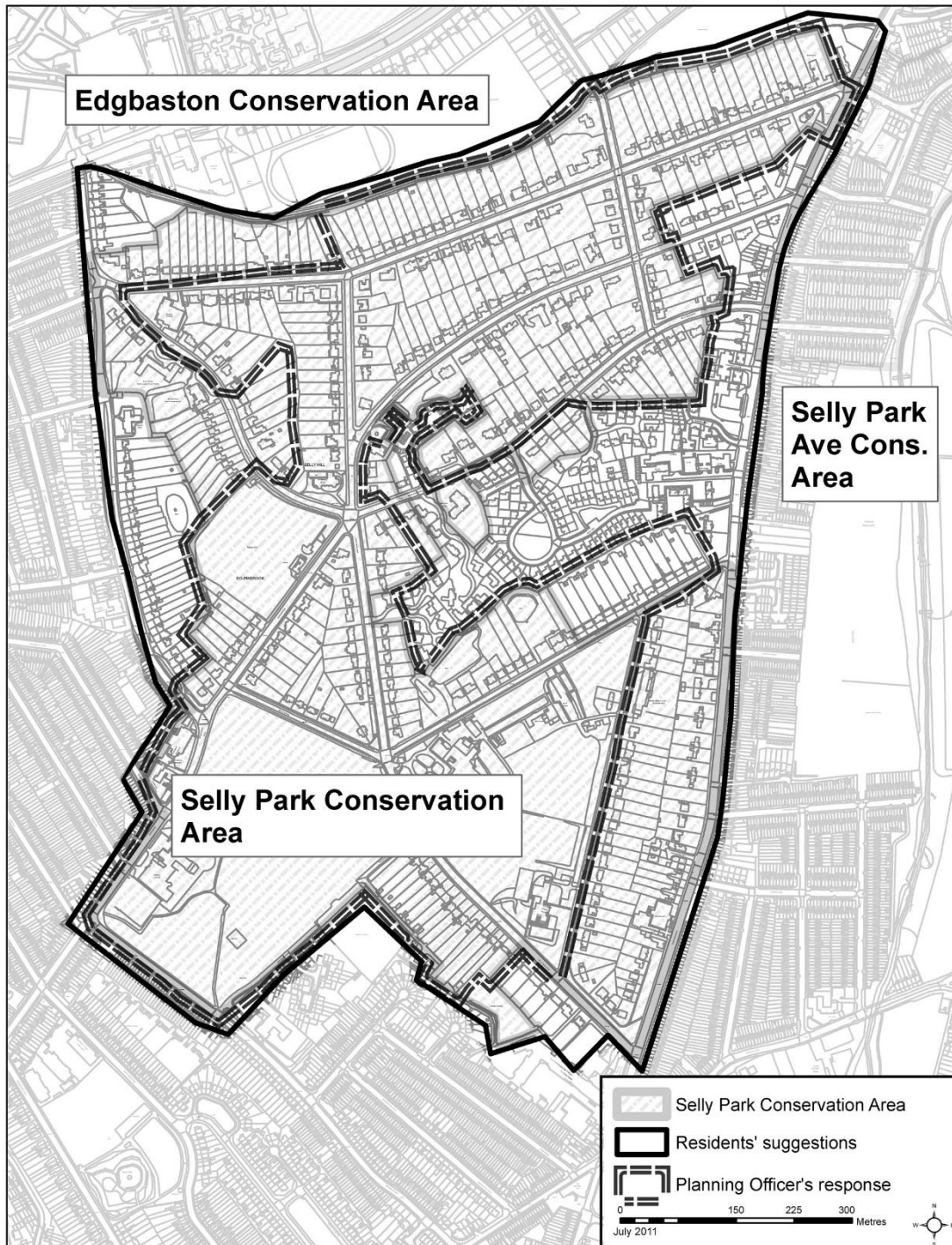


Figura 7. Área de preservação de Selly Park designada, mostrando áreas contíguas igualmente designadas, sugestões de moradores e resposta do corpo técnico de planejamento (fonte: Christopher Plevy; mapa base © Crown Copyright / direitos sobre banco de dados 2011. Serviço fornecido pelo Ordnance Survey / EDINA)

Discussão

Este artigo buscou reconsiderar aspectos do problema da definição de regiões morfológicas, particularmente para fins de planejamento da preservação (incluindo a consideração de aspectos do caráter da área), com o auxílio de medições detalhadas de características morfológicas derivadas de mapeamento digital por meio de *softwares* SIG/CAD e de um estudo de designação de áreas. Reunir um número considerável de medições detalhadas para lotes e edificações individuais é um processo demorado, mesmo que o uso de SIG agora simplifique e agilize essa tarefa. No entanto, tais dados não parecem acrescentar significativamente um processo mais intuitivo de traçado de limites, pelo menos nas áreas aqui estudadas. Essas medições, entretanto, podem ajudar a estabelecer características das áreas delimitadas, o que, por sua vez, poderia permitir maior precisão na determinação de políticas relativas à quantidade ou extensão da mudança admissível antes que o caráter de uma área seja comprometido (cf. Larkham et al., 2005).

Os casos das Docklands resultaram em uma única camada de regiões, sem a hierarquia desenvolvida por Conzen (1975). No entanto, embora tenham sido desenvolvidos em fases bem definidas, trata-se de um empreendimento realizado em um único período morfológico e sob um único *masterplan*. Algumas das diferenças entre as regiões resultam do uso de distintas incorporadoras, cujos projetos-padrão de habitação diferem de uma empresa para outra e que, neste caso, provavelmente estavam respondendo a pressões das políticas de planejamento para gerar individualidade e “caráter”.

A área de estudo das Docklands é também, em grande parte, uma área de uso do solo único, e a variedade de materiais construtivos é limitada. As regiões identificadas são, simultaneamente, regiões morfológicas e unidades de plano. Quanto a questão sobre se as ruas deveriam formar limites, como frequentemente preferido pelas autoridades locais, mas rejeitado por urbanistas como Hall (1996) e Guy (2005), não é fácil de abordar por meio deste tipo de análise. Mostramos, neste exemplo, que considerar a rua e as

edificações que a delimitam como uma unidade, pode ocultar variações significativas na forma física, e isso pode ser amplificado em outras áreas de maior diversidade de desenvolvimento histórico, estilo e materiais arquitetônicos, e usos do solo. Por outro lado, o bloco E das Docklands apresenta exatamente o mesmo problema se um quarteirão for considerado como a unidade. Esse conflito pode ser resolvido somente por uma consideração mais detalhada dos propósitos para os quais as áreas estão sendo delimitadas. Diferentes perspectivas para a identificação de limites podem ser apropriadas, por vezes, por distintas abordagens políticas de desenho urbano e preservação.

Poucas regiões lineares baseadas em ruas são reconhecidas em estudos que adotam uma abordagem Conzeniana. No entanto, a extensão da área de estudo das Docklands compreendendo ruas é grande; e os espaços de circulação veicular “privativos” dentro de alguns quarteirões dificultam a análise por medições. Isso está, é claro, relacionado ao ponto anterior: o espaço da rua faz parte de uma região? Ou, em algumas circunstâncias, poderia constituir uma região por si só? Esta última possibilidade seria mais facilmente defendida se uma hierarquia de regiões fosse reconhecida: por exemplo, o espaço compartilhado de circulação veicular (e talvez estacionamento) dentro de um quarteirão residencial poderia ser visto como uma região morfológica de ordem inferior. A principal via leste-oeste das Docklands e a antiga linha ferroviária poderiam ser consideradas regiões por si mesmas, especialmente porque nenhuma casa está voltada para esses espaços. A questão de se a rua deve ser considerada como uma região morfológica em si, pelo menos em algumas situações, merece amplo debate.

A questão das ruas também foi explorada por meio da discussão sobre se os limites seguem logicamente as ruas ou outras junções do plano. Embora seja possível que cada lado de uma rua tenha um caráter morfológico completamente distinto, de muitas maneiras é a rua (o espaço e as edificações que a margeiam) que logicamente formam a “unidade”. Whitehand et al. (2011, p. 176), estudando preservação e caráter na China,

observam que

“Onde unidades se encontram em uma rua, o fator determinante para o posicionamento preciso do limite tem sido a relação entre a rua e os lotes voltados para ela. Onde apenas os lotes de um lado da rua foram criados como uma entidade com a rua, o limite entre as unidades foi traçado de forma que esses lotes e a rua estejam dentro da mesma unidade. Do contrário, o limite foi traçado ao longo do centro da rua”.

Claramente, isto também é uma questão que merece investigação mais ampla; assim como a implicação de que aqueles que traçam limites para diferentes propósitos e com diferentes formações (planejadores ou morfologistas, por exemplo) podem produzir resultados diferentes (Birkhamshaw e Whitehand, 2011).

A questão da hierarquia foi explorada no primeiro exemplo de Birmingham. A inserção de uma nova forma urbana – embora do mesmo uso do solo – dentro de uma região morfológica existente claramente identificável leva à sua identificação como uma região separada (formada em um tempo diferente, com características físicas bastante distintas). Os lotes originais de cada lado foram inalterados e, portanto, mantêm sua identidade regional original. Os lotes originais que foram truncados podem ser considerados como ‘metamorfosados’, nos termos de Conzen. Eles podem formar uma região distinta na qual os originais metamorfosados e a nova urbanização constituam regiões de ordem inferior distintas. Mas a região morfológica original é alterada apenas pela inserção, que pode ser vista como uma região morfológica de ordem inferior.

O problema da definição de limites para fins de política pública foi examinado, com referência específica à preservação, no exemplo final. Aqui, uma questão-chave é a diversidade de perspectivas oferecidas pelos participantes, incluindo planejadores profissionais e agentes de preservação altamente qualificados e experientes. É difícil conciliar esses diferentes limites morfológicos sugeridos, pois eles frequentemente derivam dos distintos objetivos relacionados às políticas públicas adotados pelos profissionais. Eles também podem refletir um desejo de serem incluídos em uma área

percebida como de maior prestígio, por parte dos moradores (cf. Larkham, 2004). É uma questão preocupante que a relevante Diretora Principal de Conservação tenha considerado que esse processo de delimitação resultou em uma área que era “indefensável” e que não poderia ser protegida.

Este exemplo final reforça ainda mais a conclusão de Whitehand de que “seria irrealista esperar ... que padrões de unidades de paisagem urbana fossem precisamente replicados por diferentes pesquisadores ou profissionais ... mesmo em áreas urbanas amplamente pesquisadas e bem documentadas, há inevitavelmente diferenças entre as delimitações de diferentes pesquisadores” (Whitehand, 2009, p. 24). Ainda assim, algumas das diferenças aqui reveladas parecem refletir divergências fundamentais de valores e opiniões, especialmente quando membros do público se envolvem, e não deixa de ser preocupante quando um agente sênior sente que o processo resultou em um limite desastroso e indefensável. Essas delimitações representam aplicações importantes de políticas, e certamente deveria haver confiança de que são apropriadas e defensáveis, mesmo se não replicáveis em detalhe por todos.

A definição de limites continuará sendo uma atividade central para morfologistas urbanos, geógrafos e gestores da paisagem urbana. Permanece complexa e problemática. O que demonstramos é que medições precisas, tornadas mais rápidas pelos *softwares* atuais, não fornecem uma solução fácil; que uma abordagem mais intuitiva, menos quantitativa, pode resultar em resultados igualmente aceitáveis; e que uma concepção clara do motivo para delimitação e dos tipos de limites buscados é claramente necessária em cada caso. Ademais, como as áreas urbanas passam por mudanças contínuas, os limites exigirão revisões. Os limites precisam ser flexíveis (pois, na prática, são “fronteiras”, permeáveis, nos termos de Sennett). Os limites das regiões morfológicas e as designações para fins de política, como áreas de preservação, não são os mesmos, embora muitas vezes semelhantes e frequentemente confundidos.

O debate entre abordagens acadêmicas e práticas para o desenho de limites está longe de ser resolvido.

Agradecimentos

Somos gratos a Hiske Bienstman pela discussão sobre regiões e unidades, e a David Adams pela assistência na melhoria dos diagramas. Agradecemos a Christopher Plevy, do Conselho Municipal de Birmingham, pelas informações sobre o limite da área de preservação de Selly Park, incluindo entrevistas com agentes de planejamento; bem como ao próprio Conselho Municipal pelos dados digitais utilizados nas Figuras 6 e 7.

Notas

¹ “Uma abordagem analítica ... fundamentada no ... desenvolvimento histórico-geográfico praticamente não tem lugar no processo de preservação” (Whitehand et al., 2011, p. 176); embora escrito a respeito da China, isso certamente era verdadeiro na Inglaterra do início da década de 1980, quando Larkham (1986) entrevistou planejadores e ouviu que, em um condado das Midlands, um planejador júnior foi enviado com mapa e lápis e instruído a voltar com algumas áreas delimitadas! (O anonimato foi garantido aos entrevistados que fizeram este e outros comentários críticos a autoridades locais específicas citadas neste artigo).

² Uma área de preservação, na Inglaterra, é aquela de “interesse arquitetônico ou histórico especial, cujo caráter ou aparência seja desejável preservar ou valorizar” (1967, Civic Amenities Act, com emendas posteriores); e dentro da qual a autoridade local de planejamento deve dedicar atenção especial às propostas de desenvolvimento e formular planos de valorização. Todas as autoridades de planejamento inglesas possuem ao menos uma.

³ Somos gratos a Hiske Bienstman pelo desenvolvimento de algumas dessas ideias, principalmente em artigos não publicados de seminários para o Urban Morphology Research Group, Universidade de Birmingham.

⁴ Vias construídas segundo especificações adequadas, geralmente de origem nacional, são “adotadas” para fins de manutenção pela autoridade local e consideradas “vias públicas”. Vias que não são adotadas, talvez por não atenderem a esses padrões ou porque, como neste caso, fazem parte de um arranjo

interno e privado de quadra, são conhecidas como “não adotadas” ou “privativas”, e o acesso costuma ser restrito. Ainda assim, ruas privativas e acessos compartilhados – comuns em empreendimentos em alguns momentos do pós-guerra – não podem ser prontamente atribuídos a lotes específicos para este tipo de medição e análise.

⁵ Os agentes do Conselho Municipal de Birmingham entrevistados por Plevy (2009) eram o então Chefe de Conservação, dois Diretores de Conservação, um Agente Distrital de Planejamento, um Agente de Planejamento Familiar, um Agente de Planejamento Comercial, o Gerente de Planejamento da Região Sul e dois assistentes seniores de planejamento – todos atuando especificamente no distrito de Selly Oak, onde se localiza essa área de conservação.

Nota dos tradutores

* Instituição de caridade que administra e conserva mais de 400 sítios históricos de propriedade do estado em toda a Inglaterra, incluindo castelos, monumentos, ruínas e jardins.

** Agência cartográfica nacional britânica.

*** Principal instituição de caridade de jardinagem do Reino Unido, fundada em 1804 para promover a horticultura.

**** Ordem Geral de Desenvolvimento Permitido - ordem legal no Reino Unido que permite certos tipos de desenvolvimento e alterações em propriedades sem a necessidade de solicitar permissão de planejamento completa.

Referências

- Baker, N. J. and Slater, T. R. (1992) ‘Morphological regions in English medieval towns’, in Whitehand, J. W. R. and Larkham, P. J. (eds) *Urban landscapes: international perspectives* (Routledge, London) 43-68.
- Barke, M. (2003) ‘Urban landscape regions and conservation: new approaches and problems in Antequera, Málaga Province, Spain’, *Urban Morphology* 7, 3-13.
- Birkhamshaw, A. J. and Whitehand, J. W. R. (2011) ‘Conzenian urban morphology and the character areas of planners and residents’, unpublished MS.

- Congleton Borough Council (2004) Unpublished designation/character appraisal report on The Avenue, Alsager conservation area (Congleton Borough Council, Congleton).
- Conzen, M. R. G. (1975) 'Geography and town - scape conservation', in Uhlig, H. and Lienau, C. (eds) 'Anglo-German symposium in applied geography, Giessen-Würzburg-München, 1973', *Giessener Geographische Schriften* 95-102.
- Department of Communities and Local Government (2008) *Guidance on the permeable surfacing of front gardens* (CLG, London).
- English Heritage (2005) *Guidance on conservation area appraisals* 2nd edn (English Heritage, London).
- Guy, B. (2005) 'Public space typology as urban planning zones', unpublished PhD thesis, Anglia Polytechnic University.
- Hall, A. C. (1996) *Design control: towards a new approach* (Butterworth Architecture, Oxford).
- Jackson, A. A. (1973) *Semi-detached London* (Allen and Unwin, London).
- Kim, K. J. (ed.) (2003) *International urban form study: development patterns of selected world cities* Limited circulation project report (Seoul Development Institute, Seoul).
- Larkham, P. J. (1986) 'Conservation, planning and morphology in West Midlands conservation areas, 1968-84', unpublished PhD thesis, University of Birmingham.
- Larkham, P. J. (1990) 'Conservation and the management of historical townscapes', in Slater, T. R. (ed.) *The built form of Western cities* (Leicester University Press, Leicester) 349-69.
- Larkham, P. J. (1997) 'Conservation areas: ideal and reality reviewed', *Transactions of the Ancient Monuments Society* 41, 23-43.
- Larkham, P. J. (2004) 'Conserving the suburb: mechanisms, tensions and results', in Stanilov, K. and Scheer, B. (eds) *Suburban form: an inter- national perspective* (Routledge, New York) 241- 62.
- Larkham, P. J., Chapman, D. W., Morton, N. and Birkhamshaw, A. (2005) *Stratford-on-Avon District residential character study* (Stratford-on-Avon District Council, Stratford upon Avon).
- Morton, N. J. (2002) 'Reinventing morphological regions?', *Urban Morphology* 6, 97-8.
- Morton, N. J. and Larkham, P. J. (2008) 'Increasing density in mature suburbs: character, resistance and quality?', unpublished paper presented to the Royal Geographical Society Annual Conference, London.
- Office of the Deputy Prime Minister (2000) *Planning Policy Guidance Note 3: Housing* (HMSO, London).
- Planning Inspectorate (2004) Decision letter on Appeal APP/P4605/A/03/1120919, unpublished (Planning Inspectorate, Bristol).
- Plevey, C. (2009) 'The drawing of conservation area boundaries', unpublished MA dissertation, School of Property, Construction and Planning, Birmingham City University, UK.
- Robinson, A. (1982) 'The evaluation of conservation areas', in Grant, E. and Robinson, A. (eds) *Landscape and industry* (Middlesex Polytechnic, Enfield) 121-30.
- Ross, M. (1991) *Planning and heritage: policy and practice* (Spon, London).
- Royal Horticultural Society (n.d.) *Gardening matters: front gardens* (Royal Horticultural Society, London).
- Samuels, I. (1985) 'Theorie des mutations urbaines en pays developpes', unpublished paper, Joint Centre for Urban Design, Oxford Polytechnic.
- Sennett, R. (2006) Address to the Royal Town Planning Institute Planning Convention, London www.rtpi.org.uk/resources/conferences/sennett.
- Whitehand, J. W. R. (2001) 'Changing suburban landscapes at the microscale', *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie* 92, 164-84.

- Whitehand, J. W. R. (2009) 'The structure of urban landscapes: strengthening research and practice', *Urban Morphology* 13, 5-27.
- Whitehand, J. W. R. and Carr, C. M. H. (2001) *Twentieth-century suburbs: a morphological approach* (Routledge, London).
- Whitehand, J. W. R., Gu, K., Whitehand, S. M. and Zhang, J. (2011) 'Urban morphology and conservation in China', *Cities* 28, 171-85.
- Whitehand, J. W. R., Larkham, P. J. and Jones, A. N. (1992) 'The changing suburban landscape in post-war England', in Whitehand, J. W. R. and Larkham, P. J. (eds) *Urban landscapes: international perspectives* (Routledge, London) 227-65.
- Williamson, E. and Pevsner, N. (1998) *London docklands* (Penguin, Harmondsworth).
- Zhang, J. (2003) 'Planning, morphology and change in China's conservation areas: a case study', unpublished PhD thesis, University of Liverpool, UK.

Tradução do título, resumo e palavras-chave

Drawing lines on maps: morphological regions and planning practices

Abstract. *The delimitation of morphological regions is a fundamental research activity, particularly for those urban morphologists with geographical backgrounds. Delimitations reflect the origin, development and modification of the urban forms being considered and the different methods of delimitation employed. Clear rationales for the decisions on precisely where to draw boundary lines are sometimes lacking. This paper explores regions and boundaries, drawing upon evidence from a range of studies using detailed measurements derived from digital mapping to assist discussion of differences within and between areas. It also reviews applications of such boundary-drawing processes to contemporary planning issues, including 'character areas' and conservation, using work undertaken for local planning authorities in the English Midlands.*

Keywords. *boundaries, borders, regions, character, conservation, GIS measurement*

Editoras responsáveis pela submissão: Eneida Maria Souza Mendonça, Michela Sagrillo Pegoretti.

Editor assistente: Vitor de Toledo Nascimento. Editora de texto: Linda Emiko Kogure.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

